



À

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente - SUPRAM
Diretoria Regional de Controle Processual - DRCP
Núcleo de Autos de infração - NAI

Rua Agapito dos Anjos, nº 455 - Cândida Câmara
Montes Claros/MG – CEP 39.401-040
Tel.: (38) 3212-3267 - 3212-3695

PROTOCOLO NUFIS	
DATA:	24 / 07 / 2017
Numero:	18000000646/17
Ass.:	<i>Aline</i>

Processo Administrativo nº 457732/17
Auto de Infração nº 54662/2015
Ofício nº 1463/2017 NAI/DRCP/SUPRAM

Aline Gonçalves Prado
Técnico Ambiental
MASP: 1380600-5

Prezados Senhores,

FRIGONILDO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.628.930/0001-00, estabelecida na Rodovia BR 135, Km 10, zona rural de Montes Claros/MG, CEP 39.402-437, já qualificada nos autos do processo administrativo em epígrafe, por seu(s) advogado(s) que esta subscreve(m), constituído(s) através do instrumento procuratório incluso às fls. destes autos (que foi apresentado com a Defesa Escrita), inconformada, *data venia*, com a r. decisão proferida nos autos do presente processo administrativo, vem, respeitosamente, à presença de V(s). Sa(s)., interpor o presente **RECURSO**, expondo e requerendo o seguinte:

Dos Motivos para Reforma da Decisão Administrativa

Em sede de julgamento do presente processo administrativo, tem-se que a Superintendência Regional de Meio Ambiente houve por bem julgar como subsistente o auto de infração em epígrafe e aplicar multa de R\$ 30.052,27 (trinta mil e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), a ser paga no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da intimação.

Todavia, esta não foi a melhor solução para o caso em apreço.

Isto porque, não se discute que em razão do princípio da legalidade, a Superintendência Regional de Meio Ambiente tenha a obrigatoriedade de proceder à autuações, em sendo constatadas irregularidades.

Não se discute, assim, que a Superintendência Regional de Meio Ambiente seja dotada do poder de polícia, inerente à atividade administrativa. Ocorre, todavia, que referido fato não elide a sua responsabilidade em relação à observância dos preceitos vigentes no ordenamento jurídico pátrio, mormente em relação ao princípio da proporcionalidade.

Dessa forma, faz-se mister que o poder de polícia se subordine aos direitos fundamentais, para que seja uma atividade de regulação confiável e, por conseguinte, permita a estabilidade do Poder Público.

Para que isso ocorra, agregam-se às características do poder de polícia a necessidade de fundamentar seus atos perante a sociedade e, principalmente, como dito, a adoção do princípio da proporcionalidade, segundo o qual *"não devem ser utilizados canhões para abater pardais"*.

Cumpre mencionar que em se tratando de supostas infrações administrativas, a elas são aplicáveis os mesmos princípios norteadores do Direito Penal. E, dentre esses princípios, encontra-se o de que *"não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal"*.

Nesse sentido, a menção a portarias ocasionais, descritivas das condutas das correspondentes sanções, não se apresenta como suficiente para emprestar base válida à cobrança levada a efeito pela Superintendência Regional de Meio Ambiente.

No caso em análise, tem-se que a infração indevidamente imputada à ora Peticionante/Recorrente é relativa à suposta violação ao art. 86, anexo I, código 122, do Decreto nº 44.844/08. Vale dizer que a infração supostamente praticada pela ora Recorrente não encontra qualquer tipificação no mencionado Decreto nº 44.844/08, além do que não há embasamento legal para a aplicação de multa no astronômico importe de R\$ 30.052,27, que implica, em realidade, verdadeiro confisco.

Ademais, a Administração - aqui representada pela Superintendência Regional de Meio Ambiente - deve nortear a sua atividade pautada nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, que, diga-se, foram completamente inobservados na hipótese em tela.

Além disso, não há sequer que se falar que a ora Recorrente tenha causado poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resultou ou pudesse resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudicasse a saúde, a segurança e o bem estar da população.

Realmente, a Superintendência Regional de Meio Ambiente possui uma missão constitucional, pelo que deve respeitar os princípios vigentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, neles se incluindo o devido processo legal, o que, infelizmente, não correu no caso em análise.

É importante mencionar que a presunção de veracidade cessa diante do questionamento ou da impugnação do ato, pois caberá à Administração provar a estrita conformidade do ato à lei, porque é a própria Administração que detém o poder de comprovar todos os atos e fatos que culminaram com o provimento administrativo contestado.

Assim, o entendimento tradicional de presunção de veracidade se apresenta incompatível com o tipo de controle a ser exigido do Poder Público num regime democrático - ao menos num regime como o estabelecido pela Constituição de 1988, no qual publicidade,

transparência e participação aparecem como temas centrais do processo decisório a ser desenvolvido pela Administração.

Dúvidas não há de ter ocorrido cerceamento de defesa no caso em epígrafe, eis que a empresa autuada e ora Recorrente não teve seu direito de defesa inteiramente respeitado, não valendo prosperar, pois, qualquer argumento em sentido contrário.

Nesse sentido, tem-se que não foi conferida à Autuada e ora Recorrente oportunidade para produzir provas. Certo é que cabe à autuada, em defesa, indicar os meios de provas que julgar necessários, requisito que foi perfeitamente atendido, não havendo que se confundir indicação de provas com produção de provas.

Isto porque, no que tange às provas, estas possuem três momentos distintos. O primeiro é a fase de postulação, o segundo o da especificação e o terceiro o da produção.

Na fase da postulação, há apenas a indicação das provas que se pretende sejam produzidas. No caso dos autos, a Autuada solicitou fosse provado o alegado por meio de depoimentos pessoais (do i. fiscal autuante), assim como por depoimentos testemunhais, perícias, etc. Não obstante isso, conforme mencionado, **NÃO foi aberta à ora Recorrente oportunidade de provar o que havia alegado, restando, por conseguinte, desrespeitado o seu direito à defesa.**

A ora Recorrente reitera, em consequência, o pedido de nulidade, improcedência e/ou arquivamento do auto de infração nº 54662/2015, pelos mesmos motivos consignados em sua defesa.

Isto porque o estabelecimento autuado encontra-se dentro das normas legais exigidas para seu livre funcionamento (autorização para o exercício da atividade; notas fiscais; etc, etc...), não tendo a empresa autuada desrespeitado quaisquer regras vigentes no ordenamento jurídico pátrio.

Como visto, o auto de infração lavrado baseia-se, tão somente, no suposto fato de que a Autuada/Recorrente teria procedido ao lançamento de efluente líquido industrial no solo e/ou curso d'água sem o adequado tratamento.

Ocorre que, conforme já demonstrado em sede de Defesa Escrita apresentada pela Recorrente, a alegação de que a ora Peticionante estaria procedendo ao lançamento de efluente líquido industrial no solo e/ou curso d'água sem o adequado tratamento, foge à razoabilidade e à realidade fática, uma vez que no próprio auto de fiscalização foi constatada a construção de uma segunda ETE (Estação de Tratamento de Efluente Industrial) pela empresa Manifestante/Recorrente, no intuito de maximizar a proteção ambiental, já amplamente levada a efeito (com a efetiva utilização da ETE 1).

Assim sendo, totalmente incoerente a alegação de descumprimento às normas ambientais, tendo em vista a aplicação e efetivo uso de Estações de Tratamento - frise-se que duas estações - pela ora Recorrente, para correto descarte dos produtos utilizados na empresa ora Defendente. Dessa forma, **nada há a justificar seja mantida a penalização/autuação ora combatidas.**

Isto porque é patente a conveniência de padronizar e dotar de maior razoabilidade o processo de penalização de irregularidades de menor gravidade, preservados os direitos do

consumidor/ambiente; bem como estabelecer gradação nos procedimentos de fiscalização de forma a que, previamente à aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente, seja possibilitada ao agente econômico a reparação de conduta irregular de pequena gravidade (caso existente), levando-se em consideração, outrossim, que o direcionamento do esforço de fiscalização do abastecimento para infrações de maior gravidade implica melhores resultados para o mercado, para o consumidor e para o meio ambiente.

O Documento de Fiscalização não tem, pois, razão de ser. Como sabido, ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo, senão em virtude de lei, sendo certo que a ora Peticionante/Recorrente cumpriu a tempo e modo oportunos todas as exigências que lhe foram feitas, não havendo como vir a ser penalizada enquanto cumpridora de todos os ditames legais.

Reitere-se que as pretensas alegações de descarte incorreto de efluente líquido industrial, se apresentam como insubsistentes, vez que **não houve qualquer descarte de efluente líquido sem o correto tratamento ambiental.**

E nem venha esta agência reguladora alegar que o AI ora vergastado baseou-se em análise do i. fiscal autuador, tendo em vista que o mesmo não dispunha, quando da realização de sua visita à ora Recorrente, de todos os elementos hábeis à comprovação da realidade. Além disso, referido agente, embora possuidor de fé-pública, é totalmente passível de cometimento de erros. Assim, o AI lavrado não se apresenta como prova cabal e irrefutável da realidade fática (descarte de afluentes em desconformidade), sendo que se perfaz como passível de erros.

Do valor da multa – Da impropriedade da sanção aplicada

É sabido que o estabelecimento de parâmetros para a aplicação de multa por infração às leis configura-se mérito administrativo. No caso em comento, verifica-se que a aplicação da multa imputada à Recorrente ocorreu ao arrepio do que prevê a legislação (artigo 27 do Decreto nº 44.844/08).

Assim, dispõe o artigo 27 do aludido diploma legal, *in verbis*:

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE FISCALIZAÇÃO, AUTUAÇÃO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 27. A fiscalização e a aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei nº 7.772, de 1980, Lei nº 14.309, de 2002, Lei nº 14.181, de 2002, e Lei nº 13.199, de 1999, serão exercidas, no âmbito de suas respectivas competências, pela SEMAD, por intermédio das SUPRAMs, pela FEAM, pelo IEF, pelo IGAM e por delegação pela Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG.

§ 1º O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para realizar a fiscalização e lavrar auto de infração, com fundamento em vistoria realizada pelas SUPRAMs, IEF, IGAM e FEAM, competindo-lhes:

I - verificar a ocorrência de infração às normas a que se refere o caput;

II - verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental;

III - lavrar auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:

a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos;

b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;

c) a situação econômica do infrator, no caso de multa;

d) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos; e

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta; e

IV - determinar, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas, para o meio ambiente, recursos hídricos ou para as atividades sociais e econômicas, medidas emergenciais e a suspensão ou redução de atividades durante o período necessário para a supressão do risco.

§ 2º O servidor credenciado, ao lavrar os autos de fiscalização ou boletim de ocorrência e de infração, deverá fundamentar a aplicação da penalidade, tendo em vista os critérios previstos no inciso III.

§ 3º Nos autos de fiscalização, cabe ao servidor credenciado identificar-se através da respectiva credencial funcional.

§ 4º O titular do respectivo órgão ou entidade, em ato próprio, credenciará servidores para lavrar auto de infração, com fundamento em Boletim de Ocorrência emitido pela PMMG, competindo-lhes o disposto no § 1º.

Dessa forma, no tocante à aplicação de multa em relação à infração da suposta norma ora em destaque, deve haver o sopesamento da gravidade da infração, da vantagem auferida e da condição econômica do fornecedor ou prestador de serviço, além de não se distanciar dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Embora a multa tenha o caráter de punir o infrator, não pode servir de fonte de locupletamento ilícito para o beneficiário e, muito menos, possuir natureza confiscatória.

No caso em comento, vê-se, claramente, a irrazoabilidade e a desproporcionalidade da penalidade aplicada, principalmente no que diz respeito ao seu valor, ante a ausência dos pressupostos fáticos que levaram a autoridade a fixar a multa no valor que fixou.

Desse modo, apreende-se que não foi bem examinada a gravidade da infração (sequer existente), a vantagem auferida e a condição econômica do infrator, não tendo sido precisamente avaliadas as circunstâncias fáticas que devem ser consideradas para a fixação do valor da multa.

Nesse sentido, inobstante serem inverídicas as alegações imputadas à Recorrente, bastaria que recebesse advertência acerca do supostamente ocorrido, de maneira a ser observada a real gravidade da situação.

Sobreleva notar, nesse sentido, que apesar de a atividade da Recorrente ter sido classificada, em auto de infração, como sendo de potencial poluidor de porte médio, também poderia ser classificada, por exemplo, na hipótese em apreço, como de porte pequeno ou inferior.

A esse respeito, tem-se, inclusive, que em se tratando de abate de animais de médio e grande porte (bovinos, por exemplo), o potencial poluidor leva em consideração a quantidade de abates de cabeça por dia, conforme previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 9 de setembro de 2004.

Assim, sendo abatidas menos de 60 cabeças por dia, tem-se que o potencial poluidor do estabelecimento é pequeno. No caso ora discussão, foi expressamente informado em sede de Auto de Fiscalização, que são abatidas em média 50 cabeças por dia, ou seja, quantidade que se enquadra perfeitamente no potencial poluidor de pequeno porte. Assim, foi expressamente constatado no auto de fiscalização, pelo i. agente fiscal, serem abatidas 50 cabeças/dia. Montante, portanto, em conformidade à classificação de potencial poluidor de "porte" pequeno.

Verifica-se que, de modo algum, poderia ter sido aplicada multa simples à ora Recorrente no astronômico importe de R\$ 30.052,27 (trinta mil e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), tendo em vista que apenas em se tratando de infração gravíssima praticada por estabelecimento de médio porte, que a referida multa poderia oscilar entre os patamares de R\$ 20.001,00 a R\$ 50.000,00.

Ao revés, em se tratando de estabelecimento de pequeno porte (como o do ora Recorrente), os patamares da multa variam de R\$ 10.001,00 a R\$ 20.000,00. Assim sendo, patente a discrepância apresentada no montante definido como valor de multa.

Outrossim, conforme exaustivamente salientado, não há no caso em comento sequer dispositivos legais que estabeleçam critérios objetivos e específicos para a aplicação da sanção resultante do Auto de Infração ora Recorrido, sendo certo, ainda que, seguindo-se os critérios definidos nas legislações em questão, na remota hipótese de se manter a aplicação de multa ao caso em comento - o que se admite por amor ao debate -, que a mesma não ultrapasse o importe de R\$ 50,00 (cinquenta reais), eis que não houve lançamento de efluente líquido industrial no solo e/ou curso d'água sem o adequado tratamento, mormente em se considerando que a Recorrente possui ETE, conforme as determinações legais, além de uma segunda ETE, na época em construção.

Não é demais repetir, inclusive, que a indicação do dispositivo legal supostamente tido como violado pela ora Recorrente, não encontra correspondência com a situação fática equivocadamente descrita no auto de infração, o que, por si só, implica a insubsistência do auto de infração ora vergastado.

Assim, ao negligenciar aspectos concretos, a decisão proferida não foi razoável, o que refletiu, de forma direta, no arbitramento da multa. Ora, a razoabilidade deve ser norteadada pelo bom senso, com verificação da situação concreta para que o ato administrativo seja, de fato, proferido com sua observância.

A razoabilidade é uma forma de diretriz da legalidade e deve revestir todo e qualquer ato administrativo, sob pena de afetação ao bem maior, que é a tutela dos administrados, não somente aqueles a quem o senso comum acredita ser esfera de proteção, mas também aqueles que regulam e contribuem para o desenvolvimento e bem-estar em geral.

O fato de a decisão não obedecer ao princípio da razoabilidade e, principalmente, tratá-lo como irrelevante, indubitavelmente torna ilegal o ato administrativo decisório.

No mesmo sentido, infere-se que outro princípio inobservado e intimamente ligado ao princípio da razoabilidade, qual seja, o princípio da proporcionalidade, foi ultrajado pela decisão administrativa em foco, cuja motivação está na linha para que o ato da Administração Pública não perca seu lastro entre o objetivo final e a forma de imposição.

Analisando as supostas infrações cometidas pela Recorrente e o valor da penalidade pecuniária aplicada, ou seja, R\$ 30.052,27 (trinta mil e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), observa-se a cristalina desproporcionalidade ocorrida.

O caráter da penalidade, como é assente, é eminentemente pedagógico e não compensatório.

Compulsando o método de aferição do *quantum*, verifica-se um claro desvirtuamento de seus fins. É sabido que as penalidades pecuniárias aplicadas devem ter, predominantemente, caráter pedagógico e punitivo e não compensatório, de restauração ou alimentar, devendo guardar, ainda, total correlação com a gravidade do fato.

Não obstante os preceitos da norma interna, a penalidade revela-se desconforme com o intuito de sua aplicação, desproporcional ao efetivo lucro e condição do apenado e incongruente com a finalidade dos valores percebidos.

Ademais, a aplicação da multa, no *quantum* retro, ignora veementemente a existência de todas as despesas fixas e variáveis inerentes à atividade da Recorrente, tais como tributação, folha de salário e demais encargos trabalhistas, dentre outras.

Dessa maneira, a capacidade econômica da Recorrente não foi levada em consideração para fixação da multa, não sendo condizente com a verdadeira realidade da empresa, fazendo, por conseguinte, com que a multa aplicada alcance patamares exorbitantes e passe a ter nítido caráter confiscatório.

Nesse sentido, a multa aplicada no importe de R\$ 30.052,27 (trinta mil e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), como já dito, tem feição flagrantemente confiscatória, o que impõe a sua imediata redução.

A aplicação da equidade para mitigação das penalidades é medida Constitucional prevista no § 1º, do artigo 145, *verbis*:

"Sempre que possível, os impostos terão o caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte."

Na espécie, a penalidade pela suposta infração equivale-se a imposto e, é, conseqüentemente, imposto de caráter pessoal cujo lançamento é feito na base do valor da matéria tributável, porém atendendo às condições pessoais do contribuinte.

É patente, pois, que o enunciado deste parágrafo não concerne senão aos chamados impostos de caráter pessoal, pois somente em relação a estes é que é possível a graduação segundo a capacidade econômica.

Destarte, a penalidade deve ser atrelada também à capacidade econômica. Na Justiça social como na distributiva, a igualdade é, como se sabe, proporcional ou geométrica, por oposição à igualdade aritmética inerente à justiça comutativa.



A manutenção da penalização pecuniária de R\$ 30.052,27, se perfaz, portanto, como bastante elevada, ainda que haja o seu parcelamento, bem como pode trazer sérios prejuízos à Recorrente, que é empresa de parques recursos, situada em uma das regiões mais pobres do país.

Sendo assim, é imperioso que seja revista e reduzida a penalidade aplicada em sede administrativa, caso não seja admitida a completa reforma da decisão em comento, com a conseqüente decretação da nulidade do AI lavrado, bem como haja a imediata liberação do setor de tratamento de efluente líquido industrial da ora Recorrente, ora indevidamente embargada.

Nesse sentido:

“MULTA ADMINISTRATIVA - REDUÇÃO - COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO - Nos termos do art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República, não se pode excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Assim, é perfeitamente possível a redução do valor da multa administrativa pelo Judiciário, o que não caracteriza invasão de competência, mas estrita observância do princípio da legalidade. TRT/RO Nº 00267-2005-080-03-00-1 MEF7796”

Conclusão

Diante de todo o exposto, reitera a Recorrente os pedidos anteriormente formulados, para que sejam acolhidos *in totum* os argumentos apresentados, reformando-se a decisão proferida por esta conceituada superintendência.

Como a Autuada/Recorrente é primária, na hipótese de não admissão integral ou, “*ad argumentandum tantum*”, parcial, dos argumentos consignados no presente Recurso, considerando-se que não praticou qualquer infração antes e/ou após a sua autuação, protesta pela sua absolvição, isentado-a de qualquer penalização, ou que seja aplicada apenas a pena de advertência, jamais a de multa. Além disso, requer que seja liberada a estação de tratamento, ora embargada.

“*Ad argumentandum tantum*”, em atenção ao princípio da eventualidade, entendendo-se pela manutenção da multa pecuniária aplicada, o que se admite em mera hipótese argumentativa, reitera pedido de que a mesma não seja superior a R\$ 50,00, ou que haja, ao menos, a sua redução, bem como haja a imediata liberação do setor de tratamento de efluente líquido industrial da ora Recorrente.

Avisos, intimações, etc., sejam endereçados para o escritório profissional do(s) advogado(s) da ora Recorrente, sito na Rua Buenos Aires, 31, Centro, Montes Claros-MG, CEP 39.400-088, telefax (38) 3222-2547.

P. Deferimento.
Montes Claros/MG, 19 de julho de 2017.

HERCULES COSTA SILVA - ADV. OAB/MG 56.462

LARISSA SANTOS FERREIRA - ADVª. OAB/MG 178.068